

Gênero e violência para mulheres vítimas de relacionamentos abusivos: investigando representações sociais

Género y violencia para mujeres víctimas de relaciones abusivas: investigando representaciones sociales

Gender and violence for women victims of abusive relationships: investigating social representations

Beatriz Motta Neves

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES/Brasil

ORCID: 0009-0009-3961-7407

E-mail: beatrizmotta@id.uff.br

Sabrina Mantuan dos Santos Coutinho

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES/Brasil

ORCID: 0000-0003-3939-6594

E-mail: sabrinems@hotmail.com

Resumo

A pesquisa objetivou investigar representações sociais (RS) de gênero e de violência contra a mulher, com foco na violência psicológica, entre mulheres que vivenciaram e/ou vivenciam um relacionamento abusivo, bem como estratégias de enfrentamento por elas empregadas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 16 participantes com idades entre 20 e 47 anos, contatadas por meio de páginas do Instagram que tratavam sobre a temática aqui abordada. A análise foi realizada com o auxílio do software Iramuteq, e optou-se por utilizar a Classificação Hierárquica Descendente, que dividiu o corpus em quatro classes de segmentos de textos (ST) a partir do vocabulário empregado. Os resultados revelaram conteúdos de RS de gênero e de violência contra a mulher ancorados em aspectos socioculturais, destacando diferenças de poder existente entre os gêneros na sociedade. No que diz respeito à violência psicológica, as entrevistadas mencionaram práticas que a caracterizavam, tais como ameaças, perseguições, manipulações e chantagens, por exemplo. As estratégias de enfrentamento frente ao contexto de violência foram diversas, indo desde estratégias individuais até a busca por suporte social e/ou profissional. Destaca-se, por fim, a dificuldade de identificação e abordagem da violência psicológica, o que pode contribuir para que mulheres permaneçam por muito tempo em relacionamentos nesses moldes.

Palavras-chaves: Violência contra a mulher; Violência psicológica; Gênero; Representações sociais.

Resumen

La investigación tuvo como objetivo investigar las representaciones sociales (RS) de género y la violencia contra la mujer, con énfasis en la violencia psicológica, entre las mujeres que han experimentado y/o experimentan una relación abusiva, así como las estrategias de enfrentamiento empleadas por ellas. Se realizaron entrevistas semiestruturadas a 16 participantes de edades entre los 20 y los 47 años, contactadas a través de páginas de Instagram que versaban sobre el tema aquí tratado. El análisis se realizó con la ayuda del software Iramuteq, y se optó por utilizar la Clasificación Jerárquica Descendente, que dividió el corpus en 4 clases a partir del vocabulario utilizado. Los resultados revelaron contenidos de RS de género y

violencia contra la mujer anclados en aspectos socioculturales, señalando las diferencias de poder existentes entre los géneros en la sociedad. En lo tocante a la violencia psicológica, las entrevistadas mencionaron prácticas que la caracterizan, como amenazas, persecución, manipulación y chantaje, por ejemplo. Las estrategias de enfrentamiento ante el contexto de violencia fueron diversas, desde estrategias individuales hasta la búsqueda de apoyo social y/o profesional. Por último, se destaca la dificultad para identificar y afrontar la violencia psicológica, lo que contribuye a que las mujeres permanezcan durante mucho tiempo en relaciones de este tipo.

Palabras clave: Violencia contra la mujer; Violencia psicológica; Género; Representaciones sociales.

Abstract

The research aimed to investigate social representations (SR) of gender and violence against women, with a focus on psychological violence, among women who have experienced and/or experience an abusive relationship, as well as coping strategies employed by them. Semi-structured interviews were conducted with 16 participants aged between 20 and 47, contacted through Instagram pages that dealt with the theme discussed here. The analysis was carried out with the Iramuteq software's help. We chose to use the Descending Hierarchical Classification, which divided the corpus into 4 classes based on the vocabulary used. The results revealed contents of gender SR and violence against

women anchored in sociocultural aspects, highlighting power differences between genders in society. Regarding psychological violence, the interviewees mentioned practices that characterized it, such as threats, persecution, manipulation, and blackmail, for example. The coping strategies in face of the violence context were diverse, ranging from individual strategy to the search for social and/or professional support. Finally, we highlight the difficulty in identifying and dealing with psychological violence, which contributes to the fact that women remain in for a long time in relationships along these patterns.

Keywords: Violence against women; Psychological violence, Gender; Social representations.

Introdução

A violência constitui termo polissêmico, pois representa um vasto fenômeno que vem sendo estudado por diferentes áreas do conhecimento. Conforme explicitam Guimarães e Pedroza (2015), consiste em “um fenômeno complexo e múltiplo [que] pode ser compreendido a partir de fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos, mas não deve ser limitado a nenhum deles” (p. 259). Assim, nenhuma teoria seria capaz de explicar sozinha a violência ou resolver todos os problemas relacionados ao fenômeno.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) tem sido uma aliada na elucidação do fenômeno da violência, uma vez que lança luz sobre os aspectos históricos e culturais envolvidos nessa problemática. O surgimento da TRS se deu em 1961, com a publicação da obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”, de Serge Moscovici (1961/2012), na qual o autor se propôs a investigar, entre outros aspectos, as significações do público leigo a respeito da psicanálise. Dessa forma, Moscovici (2003) uniu o conhecimento científico ao popular, fazendo com que ambos recebessem o mesmo nível de importância (Marková, 2017).

Existem dois processos formadores que possibilitam o surgimento de novas representações: a ancoragem e a objetificação. A ancoragem possibilita que um conhecimento, antes tido como abstrato, seja transformado em algo menos complexo, a partir de concepções que já nos são familiares. Já a objetificação, é responsável pela assimilação de elementos do novo objeto, a partir de categorias que já eram familiares ao indivíduo, tendo, portanto, uma forte relação com a memória (Almeida, Santos & Trindade, 2014). Assim, no que diz respeito à principal função da TRS, Moscovici (2003) explicita que “a razão para se criarem essas representações é o desejo de nos familiarizarmos com o não-familiar” (p. 206).

A construção da realidade, segundo Moscovici (2003), ocorre a partir de processos de pensamento, que recebem o nome de universos consensuais e universos reificados. Os indivíduos utilizam de suas próprias experiências para criar os universos consensuais, com o intuito de buscar explicações para os problemas que vão se apresentando ao longo de suas vidas. Assim, as representações sociais, que surgem a partir dos processos de objetificação e ancoragem, representam o universo consensual, que exprime o conhecimento do senso comum (Moraes et al., 2018). Pode-se dizer, portanto, que “a principal contribuição da TRS para a

leitura do fenômeno da violência contra as mulheres está na proposta de compreender o universo consensual. Ou seja, os sujeitos precisam reinterpretar a realidade cotidiana, conferindo novos sentidos ou até mesmo reafirmando antigas opiniões” (Lira, 2019, p. 34). O universo reificado, por outro lado, exprime os saberes científicos, que, ao contrário dos saberes populares, precisam obedecer a um rigor metodológico e lógico. Importante destacar que ambos os universos se encontram inter-relacionados, e terminam por fundir-se (Moraes et. al., 2018).

Ao longo da história da TRS, surgiram desdobramentos da teoria proposta por Moscovici (2003), sendo importante mencionar as três correntes teóricas existentes, que possuem diferentes enfoques, embora sejam complementares entre si: a abordagem estrutural liderada por Jean Claude-Abrie, comumente utilizada em estudos experimentais; a proposta societal que surgiu com Willem Doise, que propõe uma perspectiva mais sociológica; e a abordagem de Denise Jodelet, conhecida como culturalista (Bertoni & Galinkin, 2017). A teoria proposta por Jodelet (2001) é considerada a mais fiel à teoria original e muito utilizada em estudos qualitativos, motivo pelo qual adotou-se esta perspectiva teórica na presente pesquisa. A autora entende a representação como “uma forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto” (Jodelet, 2001, p. 9). A partir disso, formula três questões fundamentais, que devem ser consideradas nas pesquisas que visam investigar representações sociais: “Quem sabe e de onde sabe?”; “O que e como sabe?” e “Sobre o que sabe e com que efeito?” (Jodelet, 2001, p. 10).

As RS representam, assim, “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (Moscovici, 1961/2012, p. 27), atuando, desse modo, como “guias” de interpretação da realidade (Jodelet, 2001). Tal como afirma Varela et al., 2012:

As representações, entendidas como um conjunto de pensamentos organizados a partir de percepções, crenças e ideias, julgamentos morais e conhecimentos que permitem evocar um dado conhecimento, contribuem para a compreensão de fenômenos complexos e multifatoriais como a violência doméstica (p. 281).

O emprego do termo violência doméstica teve origem nos anos 1960 a partir dos movimentos feministas e ainda é amplamente utilizado (Barsted, 2016). Segundo o Atlas da violência (Cerqueira et al., 2021), as mulheres são as mais acometidas pela violência ocorrida no ambiente doméstico, o que reflete sua posição de vulnerabilidade nas relações afetivas (Cambi & Denora, 2017). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública mais recente, o número de agressões por violência doméstica atingiu 245.713 casos, e 7 em cada 10 mulheres foram assassinadas dentro de suas casas, sendo 53,6% por parceiro íntimo, 19,4% por ex-parceiro íntimo e 10,7% por algum familiar (Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2023).

Após um árduo processo de luta para que a violência sofrida pelas mulheres dentro de seus lares deixasse de ser considerada como algo privado e fosse reconhecida como um problema do Estado, sendo devidamente julgada, foi promulgada no Brasil no dia 07 de agosto de 2006 a Lei n. 11.340 (Brasil, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha. De acordo com o artigo 5º dessa lei, violência doméstica e familiar diz respeito a “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006).

A violência contra as mulheres, portanto, está inserida dentro da categoria de violência de gênero que, segundo Neto e Gurgel (2014), “é construída a partir dos símbolos que representam o masculino e o feminino em um plano hierárquico e que outorguem significantes superiores ao associado ao masculino” (p. 19). Pode-se dizer,

assim, que relacionamentos violentos se caracterizam, principalmente, pela assimetria de poder existente na dinâmica estabelecida, que confere um lugar de submissão a uma das partes envolvidas (Cunha, Carmo, Santana & Pereira, 2020). A historiadora Joan Scott (1988/1995), a partir da ênfase em símbolos culturais, políticos, religiosos, educativos, jurídicos, entre outros, conclui que “o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de conexão humana” (p.19).

A violência contra as mulheres pode se manifestar de diversas formas, conforme as tipologias expressas na Lei n. 11.340 (Brasil, 2006), sendo estas: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. A presente pesquisa teve como foco a violência psicológica que, segundo o Mapa da Violência (Comissão de defesa dos direitos da mulher, 2018), afeta uma mulher a cada meia hora no Brasil. De acordo com o artigo 7º da Lei Maria da Penha, que trata dos tipos de violência familiar e doméstica contra a mulher, a violência psicológica é entendida como:

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006, p. 2).

Uma pesquisa realizada na Argentina por Safranoff (2017) dedicou-se a investigar fatores de risco que deixam as mulheres mais vulneráveis e suscetíveis a sofrer com a violência psicológica dentro dos

relacionamentos, sendo estes: violência vivenciada no período da infância; baixa escolaridade; desemprego; quando se tratam de mulheres mais velhas; convívio com filhos no ambiente doméstico; em casos de relacionamentos mais longos e informais; quando o nível de escolaridade do agressor é menor que de sua companheira e/ou quando consume bebidas alcoólicas em demasia. Já no que diz respeito às estratégias de enfrentamento que podem ser utilizadas, a autora enfatiza a importância do empoderamento feminino, destacando que é essencial que haja uma independência das mulheres em relação a seus companheiros.

Já no estudo de Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), que teve como objetivo verificar as RS de violência doméstica de mulheres vítimas de agressões, constatou-se a presença de atos como humilhações, desprezo e insultos, demonstrando uma maior prevalência da violência psicológica no relato das participantes, a qual tem sido identificada como responsável por ocasionar um sofrimento psíquico prolongado. Da mesma forma, Ribeiro e Coutinho (2011), ao investigar as consequências psicossociais da violência, evidenciaram que as participantes apresentaram comprometimentos nas esferas emocionais, físicas e sociais, demonstrando falta de perspectiva e sentimentos prejudiciais à saúde mental.

Levando-se em consideração o exposto e a dificuldade de identificação da violência psicológica, a pesquisa teve como objetivo geral investigar as RS de gênero e de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, entre mulheres que vivenciaram e/ou vivenciam um relacionamento abusivo, bem como as estratégias de enfrentamento por elas empregadas.

Método

Participantes

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e de campo (Flick, 2013), da qual participaram 16 mulheres, selecionadas a partir

dos seguintes critérios: ter entre 18 e 59 anos, reconhecer ter vivenciado ou vivenciar um relacionamento abusivo, e ter disponibilidade para participar da pesquisa. A ampla faixa etária objetivou verificar diferenças e semelhanças entre diferentes grupos geracionais em relação a forma de compreender e de lidar com a violência psicológica.

As participantes, que receberam nomes fictícios para garantia de anonimato, tinham entre 20 e 47 anos, e residiam em quatro estados diferentes: Rio de Janeiro (3), Distrito Federal (2), São Paulo (3) e Espírito Santo (8). Destas, 12 eram solteiras, duas casadas e duas divorciadas, e a maioria (11) não tinha filhos. Duas participantes estavam cursando o ensino superior e a maioria (11) já tinha pelo menos o ensino superior completo (10), sendo que destas, três já eram pós-graduadas e uma estava cursando a pós-graduação.

As ocupações das participantes eram variadas, tais como: psicólogas (4), professoras (3), assistentes administrativas (2), dona de casa (1), estudante (1), faturista (1), analista judiciária (1), advogada (1), analista de negócios (1) e médica (1). A renda familiar variou entre dois (2) e 12 salários mínimos.

No que diz respeito à raça/etnia, a maioria se autodeclarou como branca (11), duas como pardas, duas como negras e uma como asiática. Já no que diz respeito à religião/espiritualidade, 10 participantes não tinham nenhuma, duas se identificaram como “espíritas”, duas como “católicas”, uma como “evangélica” e outra se identificou como uma pessoa “espiritualizada”, apesar de não estar vinculada a nenhuma religião específica.

Sobre os relacionamentos, todas relataram que eram heterossexuais, os quais já tinham sido interrompidos na maioria dos casos (o tempo de relacionamento, de modo geral, variou entre 7 meses e 9 anos). Apenas duas participantes ainda estavam vivenciando o relacionamento (com duração de 5 e 6 anos, respectivamente) no momento de realização das entrevistas, que ocorreram entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022.

As principais informações sobre cada participante foram reunidas na tabela a seguir (Tabela 1) para melhor visualização de tais dados.

Tabela 1
Caracterização das participantes

PARTICIPANTE	DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS
AFRODITE	20 anos, branca, ensino superior incompleto, professora, solteira, sem filhos, 2 salários mínimos, não tem religião.
ARIA	33 anos, asiática, ensino superior, professora, solteira, sem filhos, 5 salários mínimos, não tem religião.
ÁRTEMIS	39 anos, parda, ensino superior, dona de casa, casada, sem filhos, 5 salários mínimos, evangélica.
ATENA	30 anos, branca, pós-graduação incompleta, estudante, solteira, sem filhos, 5 salários mínimos, não tem religião.
AURORA	27 anos, parda, ensino superior, psicóloga, solteira, sem filhos, 3 salários mínimos, espírita kardecista.
DÓRIS	25 anos, branca, ensino superior, psicóloga, solteira, sem filhos, 7 salários mínimos, não tem religião.
HEBE	38 anos, branca, ensino superior incompleto, faturista, solteira, 1 filha, 2 salários mínimos, católica (não praticante).
HELENA	31 anos, negra, ensino superior, assistente administrativa, divorciada, 1 filho, 2 salários mínimos, não tem religião.
HERA	30 anos, branca, pós-graduação, assistente administrativa, solteira, 2 filhos, 5 salários mínimos, não tem religião.

IRENE	47 anos, branca, pós-graduação incompleta, analista judiciária, divorciada, 1 filha, 5 salários mínimos, não tem religião.
ÍRIS	24 anos, branca, ensino superior, professora, solteira, sem filhos, 3 salários mínimos, não tem religião.
MELISSA	27 anos, branca, ensino superior, advogada, solteira, sem filhos, 4 salários mínimos, não tem religião.
MINERVA	27 anos, branca, ensino superior, analista de negócios, solteira, sem filhos, 7 salários mínimos, não tem religião.
NEMESIS	32 anos, preta, ensino superior, médica, solteira, sem filhos, 12 salários mínimos, católica.
PANDORA	30 anos, branca, pós-graduação incompleta, psicóloga, casada, 1 filho, 5 salários mínimos, espiritualizada.
SELENE	33 anos, branca, ensino superior, psicóloga, solteira, sem filhos, 12 salários mínimos, espírita.

Nota. Tabela elaborada pelas autoras.

Instrumentos

Foram realizadas, individualmente, entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado contendo dados sociodemográficos (idade, escolaridade, ocupação, estado civil, orientação sexual, filhos, renda familiar, religião e raça/etnia) e 13 questões relacionadas à vivência de violência no relacionamento afetivo (compreensões e crenças sobre violência; tipos de violência vivenciados; relatos de situações de violência; busca de ajuda; entre outras).

Procedimentos de coleta de dados

As participantes foram contatadas a partir de três perfis públicos do Instagram que abordavam a temática de interesse: Juntas (@juntasporvoce_), com 5.738 seguidores; Coletivo Nós por Nós (@coletivonpn), com 1.950 seguidores; Arielle Sagrillo Scarpati (@pesquisapsi_), com 18,1 mil seguidores. Todos os perfis tinham como objetivo a propagação de conhecimento a respeito da violência de gênero, assim como a divulgação de projetos de enfrentamento a essa problemática. Até chegar nas três páginas mencionadas, foi feito o contato com administradores de cerca de 14 perfis a fim de explicar os objetivos da pesquisa, perguntando sobre a possibilidade de divulgação da mesma.

A partir do cartaz de divulgação, as interessadas eram direcionadas para o preenchimento de um formulário no *Google Docs*, onde eram convidadas a deixar um número de telefone ou endereço de e-mail para

contato, que possibilitasse o envio de mais informações sobre o estudo e, posteriormente, o agendamento da entrevista. Foram obtidas, inicialmente, 58 respostas via formulário *Docs*, mas nem todas as mulheres entraram no estudo por não terem respondido à tentativa de contato da pesquisadora. Ao final, foi possível realizar a entrevista com 16 mulheres.

Devido ao contexto da pandemia do coronavírus *SARS-Cov-2* (Covid-19), as entrevistas aconteceram em ambiente virtual (por meio da Plataforma Zoom). As participantes receberam por e-mail, para concordância e assinatura, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação em pesquisa (TCLE), que descrevia os objetivos e procedimentos da pesquisa, e posteriormente, foi agendado, de acordo com a disponibilidade de cada uma, dia e horário para a realização da entrevista semiestruturada.

Procedimentos de análise de dados

Após a transcrição das entrevistas, devido ao volume considerável de material textual obtido, optou-se por utilizar o *software IRAMUTEQ (Interfaces de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)* para organização e análise dos dados. Após a preparação do material, editado e organizado em um mesmo arquivo, cujas entrevistas foram separadas umas das outras por meio de uma linha de comando contendo cinco variáveis (sujeito, idade, escolaridade, renda e raça), foi realizada a importação do *corpus* para o programa. Dentre as opções de

análise disponíveis, foi utilizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), por possibilitar a formação de classes lexicais a partir de diferenças e similaridades no vocabulário empregado, e a obtenção de informações a respeito dos conteúdos dos discursos (Camargo & Justo, 2013).

Um vocabulário específico encontrado em uma classe lexical é entendido como “uma fonte para detectar maneiras de se pensar sobre um objeto” (Nascimento & Menandro, 2006, p. 74). Assim, as classes formadas pelo software possibilitam o acesso a conteúdos representacionais a respeito da temática que está sendo investigada, o que justifica a escolha da CHD como técnica metodológica utilizada na presente pesquisa (Sousa et al., 2020). A depender dos objetivos estabelecidos em um dado estudo, as classes do Iramuteq podem representar tanto elementos de uma mesma representação, quanto de diferentes objetos/fenômenos (Camargo, 2005).

Procedimentos éticos

A pesquisa de campo só teve início após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santo, conforme parecer consubstanciado de

número 5.103.897. A construção do trabalho teve como base as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos (Conselho Nacional de Saúde, 2012), sendo respeitada a plena autonomia das participantes, que foram esclarecidas sobre as condições da pesquisa, seus objetivos e métodos propostos, além dos benefícios e eventuais riscos (todas as informações e termos de participação foram comunicados oralmente e descritos no TCLE). Também foram seguidas as orientações estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (ofício circular nº 2, 2021), com o objetivo de evitar riscos característicos da pesquisa em ambiente virtual.

Resultados e discussão

A CHD dividiu o *corpus* composto pelas 16 entrevistas transcritas em 1.562 segmentos de texto (ST). Destes, 1.288 foram aproveitados durante a análise, o que representa um aproveitamento de 82,46%, considerado eficiente (Camargo & Justo, 2013). Os ST foram divididos em quatro classes, originando o dendrograma lexical (Figura 1), que indica o vocabulário encontrado nas classes, apresentando as palavras que mais tiveram destaque.

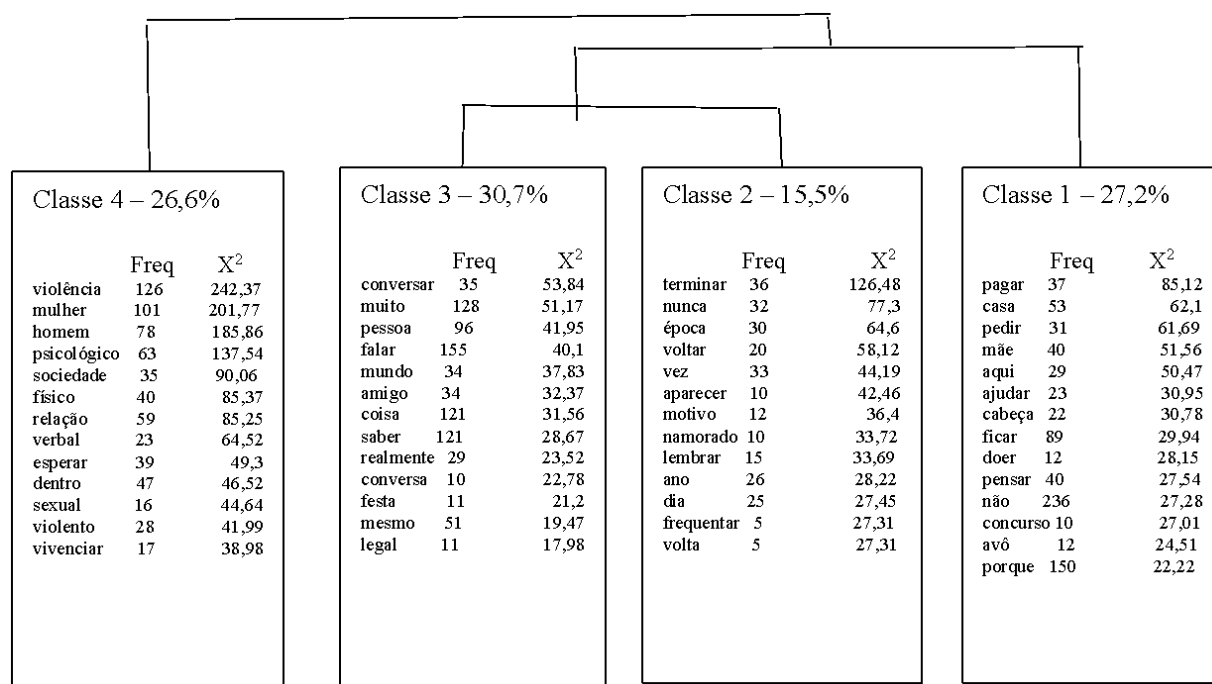


Figura 1. Dendrograma lexical da CHD

Nota. Figura elaborada pelas autoras.

Classe 1: A violência no cotidiano familiar

A classe 1 (27,2%) apresentou como principais palavras: pagar, casa, pedir, mãe, aqui, ajudar, cabeça, ficar, doer, pensar, não, concurso, avô, porque, ajuda, tomar, comer, e representa STs que expressam representações das participantes a respeito de comportamentos dos autores da violência, assim como elementos que falam sobre a violência vivenciada por algumas participantes dentro da família de origem, seja de forma direta ou indireta. Seguem dois exemplos de fragmentos que representam a classe 1:

Eu pedi para ele ficar com o filho, ele fez uma coisa dizendo que ele não queria que eu fosse trabalhar para ficar com o meu filho. Ele estando em casa, porque ele não estava trabalhando. Aí jogou para mim, dizendo que eu não queria cuidar do meu filho. São essas situações, nesse estilo (Helena).

A minha avó sofreu violência doméstica do meu avô a vida toda. Teve uma vez que eu era criança, que

eu lembro que toda a família se reuniu na casa dela, porque meu avô tinha batido nela (...). Minha mãe já era adulta, eu já tinha nascido, minha mãe tirou da casa, porque ela falou que meu avô nunca mais ia bater nela, e aí ela tirou de casa, depois ela voltou, meu avô morreu, e aí foi isso (Dóris).

Em relação à violência no cotidiano familiar de origem, das 16 mulheres entrevistadas, 13 declararam ter vivenciado (direta ou indiretamente) tal contexto. Destas, sete relataram apenas terem testemunhado a violência (Aurora, Dóris, Hebe, Irene, Nemesis, Minerva e Pandora) e a maioria especificou quem foram as pessoas envolvidas nas situações e, de modo geral, as vítimas eram mães e avós e os agressores eram pais, avós ou padrastos das participantes. Duas participantes (Ártemis e Melissa) afirmaram que, além de terem testemunhado, também sofreram violência, e uma (Hera) mencionou apenas a violência sofrida (violência sexual – o pai foi o agressor). Tais resultados apontam na direção da transgeracionalidade da violência, que vem sendo investigada em outras pesquisas (Brum,

Pereira, Rodrigues & Santos, 2021; Razera, Cenzi & Falcke, 2014; Sant'Anna & Penso, 2018) e que, de maneira geral, consideram que homens e mulheres que testemunharam violência dentro das famílias de origem podem repetir os mesmos padrões em seus relacionamentos futuros.

Razera et al. (2014), a partir do estudo de caso de uma mulher que havia sido vítima de violência doméstica por parte do marido, constataram que os padrões de interação aprendidos na família de origem, marcados pela agressão paterna, foi um fator que influenciou na manutenção do comportamento violento. Do mesmo modo, Brum et al. (2021), que entrevistaram mulheres que vivenciaram violência doméstica, constataram que as mesmas vivenciaram de forma direta (violência parental) ou indireta (violência entre os pais) violência na família de origem no período da infância e/ou adolescência. No entanto, as autoras também apontaram que, embora tal associação possa ser feita em alguns casos, não se pode dizer que haja uma relação causal e direta entre violência na família de origem e violência doméstica. Já Sant'Anna e Penso (2018) constataram, por meio do estudo de caso de um casal, que além de padrões violentos de interação que foram aprendidos na relação familiar inicial e transmitidos através das gerações, o fato dos cônjuges terem sido educados com base em papéis sociais decorrentes de estereótipos do que seria “ser mulher” e “ser homem”, também influenciou a dinâmica violenta adotada pelo casal.

Da mesma forma, notou-se que os comportamentos dos agressores evidenciados em STs da classe 1, além de pautar-se na violência psicológica, expressaram hierarquias de poder na relação, demonstrando que as RS das participantes encontravam-se pautadas em fatores socioculturais, conferindo ênfase às diferenças de poder existente entre os gêneros na sociedade. Tal resultado vai ao encontro do estudo realizado por Nóbrega, Júnior, Nascimento e Miranda (2019), que teve como objetivo analisar representações sociais do

comportamento agressivo sob a ótica de mulheres agredidas, e verificou que essa assimetria de poder relacionada aos papéis de gênero, que ditam o que é “ser homem” e “ser mulher” socialmente, aparecem dentro da relação conjugal, conferindo à mulher uma posição de submissão e deixando-a vulnerável às agressões, enquanto o homem vai se sentindo cada vez mais convicto de sua masculinidade dominante.

Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), que também se dedicaram a investigar representações sociais de homens agressores, constataram que as mulheres os percebiam de maneira contraditória, ora como “doentes” e “covardes”, ora como “simpáticos” e “extrovertidos”, fato que poderia estar diretamente relacionado à manutenção do ciclo da violência por tantos anos.

Na fala de Helena, utilizada como exemplificação da classe, a participante, que trabalhava e era a responsável pelo sustento da família, reclamou que seu ex-companheiro, que estava desempregado, se recusava a cuidar do filho, e ainda usou da situação para fazê-la se sentir culpada ao insinuar que ela não era uma “boa mãe” por se ausentar para trabalhar. Sobre essa questão, Serpa (2010) aponta que as mulheres continuam sendo subordinadas ao masculino mesmo quando ocupam a posição de chefes de família, pois a maternidade e o casamento ainda são considerados pela sociedade como os principais papéis que as mulheres devem desempenhar.

Observou-se que as dinâmicas destacadas na classe 1 estão conectadas por um fator em comum: todas expressam situações em que apenas uma das partes (geralmente a mulher) é a responsável por algum aspecto importante para a manutenção da relação, tal como o cuidado com a casa e com os filhos, ou seja, representam a assimetria que se constitui como um domínio vasto no qual padrões violentos se perpetuam (Cunha et al., 2020; Nader & Caminoti, 2014).

Classe 2: Entre a manutenção e a ruptura

A classe 2 (15,5%), que apresentou como palavras mais recorrentes: terminar, nunca, época, voltar, vez, aparecer, motivo, namorado, lembrar, ano, dia, frequentar, volta, quando, amar, descobrir, único, abrange o discurso das participantes sobre os fatores determinantes na decisão pelo rompimento da relação e os obstáculos que enfrentaram para tanto ao longo do caminho, conforme exemplificam as falas a seguir:

O motivo era esse, não era nada do que já tinha acontecido antes. Era só a traição. Na época ele disse: eu vou me matar, vou me matar se você terminar comigo, não tem jeito. E aí eu fiquei muito tempo para terminar. Eu fiquei uns meses, uns 3 meses no negócio de termina e não termina, porque vai se matar. E aí, já depois de um tempo, consegui terminar (Afrodite).

Quando eu terminava e começava a viver a minha vida e começava a ver que realmente eu merecia mais do que aquilo, ele sempre dava um jeito de me procurar ou voltar para mim e aparecer na minha vida. E aí era sempre uma desculpa (Íris).

Além de haver uma tendência social de questionar e culpabilizar vítimas de abuso por não romperem imediatamente com o ciclo da violência (Barretto, 2018; Barros & Silva, 2019; Pacheco, 2022; Pereira & Silva, 2022), “a percepção do relacionamento como abusivo é difícil e, quando isso ocorre, outros fatores estão agregados” (Barretto, 2018, p. 152). Candido e Filho (2020), a partir da análise de processos judiciais dos anos entre 2016 e 2019 da Vara de violência doméstica e familiar contra a mulher em Caruaru (PE), constataram que as principais causas da violência doméstica identificadas nos depoimentos foram: a dificuldade do companheiro em aceitar o término do relacionamento (30,45% dos casos analisados), o uso de bebidas alcoólicas (22,73%) e ciúmes (18,64%), também

apontado em um dos STs dessa classe como um dos motivos para o término: “*Os motivos eram porque ele era muito ciumento, ele falou que ele não confiava em mim, por isso que ele terminou comigo, e eu achava que não fazia sentido voltar, se ele não confiava em mim*” (Aria).

Siqueira e Rocha (2019) investigaram as principais causas e consequências da violência psicológica apontadas na literatura científica. Entre as principais causas, foram encontradas: influência cultural; bebida alcoólica; ciúme; políticas públicas; desigualdade de gênero; visão conservadora; histórico de violência familiar do agressor; e interrupção do apoio da família. Já no que diz respeito às consequências da violência psicológica, constatou-se nos artigos analisados que ocorre um prejuízo da vida social, repressão e abalo emocional das vítimas, podendo chegar a casos mais graves de saúde, envolvendo transtornos mentais, ideações e tentativas suicidas, baixa autoestima e perda de identidade.

Um sentimento de possessividade em relação às companheiras ficou evidente nos relatos dos acusados no estudo realizado por Candido e Filho (2020). Além disso, na maioria dos casos, os autores da violência eram homens com quem as vítimas mantiveram algum relacionamento anterior, já que ex-namorados, ex-companheiros e ex-cônjuges representaram 53,61% do total, sendo 47,42% só do grupo de ex-companheiros. Esses resultados vão ao encontro do que as participantes da presente pesquisa relataram, pois trouxeram no discurso elementos que indicam que os agressores não aceitaram facilmente a decisão pelo rompimento, sendo que algumas mulheres tiveram que lidar com situações envolvendo chantagens, manipulações, perseguições e ameaças, que representam práticas de violência psicológica, conforme os exemplos:

Quando eu tentei terminar com ele a primeira vez, ele falou que nunca eu ia conseguir alguém como ele, porque eu tinha sorte que ele estava comigo. Eu,

inclusive, desisti de um intercâmbio porque ele disse que, se eu fosse para o intercâmbio, ele nunca mais ia falar comigo (Dóris).

E aí eu decidi que eu queria terminar o relacionamento, falei: olha, não quero mais. Aí ele pegou uma faca, disse que ia se matar, que eu tinha acabado com a vida dele, que eu era a pior pessoa do mundo, tinha esse jogo psicológico (Pandora).

Apesar das participantes não terem apresentado uma conceituação formal de violência psicológica, trazendo um enfoque em práticas que representavam essa tipologia, considera-se que tais condutas mencionadas acima, como “ameaças”, “manipulações”, “perseguições” e “chantagens”, configuram elementos de representações sociais de violência psicológica presentes nas entrevistas. Isso ocorre devido ao processo de objetivação, que atribui concretude a um objeto, conferindo materialidade a um conceito ao transformá-lo em imagem (Cardoso, 2012; Spink, 1993).

Por fim, o que também pode-se observar nos trechos exemplificativos é o que frequentemente se observa durante o rompimento de um relacionamento abusivo, que o término não significa necessariamente o fim da situação violenta, mas, muitas vezes, representa um momento de grande risco para a mulher. Por esse motivo, ainda há a necessidade de investir em pesquisas voltadas para o período pós-término, abordando estratégias que ajudem as mulheres a superar as circunstâncias vivenciadas (Murta & Parada, 2021).

Classe 3: Estratégias de enfrentamento

A classe 3 (30,7%), que apresentou como principais palavras: conversar, muito, pessoa, falar, mundo, amigo, coisa, saber, realmente, conversa, festa, mesmo, legal,

louco, sentir, de fato, trouxe conteúdos significativos para identificação das estratégias de enfrentamento que foram utilizadas pelas participantes no período pós-término e no processo de superação das situações vivenciadas.

Sobre esse aspecto, Murta e Parada (2021) afirmam que “pessoas que contam com suporte social para outras esferas de sua vida também contam com maior condição de suporte emocional para enfrentar a difícil tarefa de terminar e permanecer fora de uma relação” (p. 8). No entanto, conforme os relatos das participantes do presente estudo, nem todas as mulheres podem contar com uma rede de apoio sólida enquanto ainda estão no processo de reconhecimento do relacionamento como violento, como explicitam os seguintes STs da classe 3:

Eu nunca cheguei a conversar com ninguém sobre, ou contar de fato o que me aconteceu, e é muito difícil também contar porque as pessoas, nem todo mundo acredita, e nem todo mundo sabe realmente como é (Íris).

Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher, sabe aquela história? Era aquilo que era a verdade, era a minha verdade naquela época. Então era um problema meu e dele, que só nós dois tínhamos que resolver, e tínhamos que resolver pautados na religião, na moralidade. Não tinha como eu conhecer ajuda também porque as pessoas não sabiam o que estava acontecendo, porque eu não falava e porque eu não tinha como entender o que estava acontecendo de errado. Eu não me via como vítima na situação (Pandora).

A partir dos relatos de Íris e Pandora, pode-se constatar a dificuldade das participantes em abordar o tema com pessoas do convívio social. Do mesmo modo, o estudo realizado por Varela et al. (2012), que

investigou as RS de mulheres sobre a violência doméstica, demonstrou que as participantes não consideravam a violência um assunto simples de ser conversado com amigos, conhecidos e familiares. Ademais, haviam outras barreiras, como o receio de sofrer com estigmas e preconceitos, que impossibilitavam a busca das mulheres por ajuda profissional. Em contrapartida, verificou-se também a falta de conhecimento por parte de algumas entrevistadas a respeito de lugares onde poderiam procurar por auxílio e, por esse motivo, terminavam por buscar suporte com outras mulheres de seu convívio social.

A revisão de literatura que foi realizada por Souza e Silva (2019), considerando artigos de 2012 até 2016 sobre estratégias de enfrentamento utilizadas por mulheres em situação de violência doméstica, demonstrou que geralmente as estratégias relacionavam-se a recursos individuais, além de envolver a busca por serviços de apoio. Em um número pequeno de pesquisas (quatro, de um total de 11 artigos analisados) as vítimas, em um primeiro momento, optavam por tentar romper com o relacionamento por conta própria, e somente depois procuravam por ajuda especializada. Já em outras pesquisas (sete), o enfrentamento da situação acontecia através do acesso a serviços públicos. Além da busca por ajuda profissional, a procura por suporte social estava inserida dentro das estratégias individuais utilizadas pelas mulheres, sendo que, dependendo do caso, esse suporte acontecia por meio de amigos, vizinhos, familiares ou instituições religiosas (Souza & Silva, 2019). Já na pesquisa realizada por Beccheri-Cortez e Souza (2013) foram destacados como fatores importantes que levavam à decisão de interromper o relacionamento e à denúncia da violência sofrida, as redes de apoio, a independência financeira e a influência da crença religiosa.

As participantes do presente estudo, assim como na pesquisa de Souza e Silva (2019), também optaram por estratégias individuais, como, por exemplo: busca por

ajuda especializada (Helena), procura por suporte social (Afrodite), busca por conhecimento e leitura de textos e materiais de base feminista (Íris), a entrada na Universidade (Hera), e a estratégia de “contato zero” com o agressor após o término (Melissa). Para exemplificar, seguem as falas de duas entrevistadas:

(...). Eu só consegui sair desse relacionamento porque eu comecei a terapia. Na terapia realmente que eu fui perceber, o quê que eu estava vivendo, porque eu vivia doente. É o que eu digo para todo mundo, se eu continuasse nesse relacionamento, não estaria mais aqui, eu tenho certeza disso” (...) (Helena).

Depois que eu comecei a realmente reconhecer algumas coisas, quando acontecia alguma coisa, eu falava para uma amiga (...), mas aí depois começou a ficar muito cansativo, porque eu sempre falava a mesma coisa. E as pessoas sempre repetiam o mesmo (...) (Afrodite).

O estudo de Fernandes, Gaia e Assis (2014), realizado com mulheres de Ji-Paraná (RO), enquadrou as estratégias de enfrentamento identificadas em quatro categorias: psicológica; relacional e social; jurídico-legal e religiosa. O exemplo mencionado anteriormente da participante Helena, que buscou por terapia, se enquadraria dentro da categoria “psicológica”, que abrange o acompanhamento psicológico, considerado pela entrevistada como fundamental para que ela pudesse terminar o relacionamento. Já a estratégia utilizada por Afrodite se enquadra dentro da categoria “social”, que se baseia no suporte social como uma maneira de amenizar o sofrimento (embora no exemplo exposto a participante não tenha sido bem acolhida). As demais estratégias explicitadas pelos autores supracitados (jurídico-legal e religiosa) não apareceram nos relatos das mulheres entrevistadas na presente investigação.

Portanto, as estratégias utilizadas pelas participantes do presente estudo envolveram tanto táticas mais individuais (busca por aproximação com leituras feministas, contato zero com o autor da violência e entrada na Universidade, por exemplo) quanto a procura por suporte profissional e/ou social. No entanto, ao reconhecer o número limitado de participantes (16), não se pretende promover generalizações e tampouco incentivar o encerramento do assunto. Logo, ressalta-se a importância de estratégias que tenham o objetivo de promover a conscientização da população, como debates em espaços como instituições de saúde, universidades, escolas, Igrejas, etc., tal como defendem Gallon e Mueller (2021), assim como a realização de novas pesquisas que tenham como enfoque aspectos orientativos e educativos, que visem o combate à violência contra as mulheres.

Classe 4: Significações sobre gênero e relação com a violência

O conteúdo da classe 4 (26,6%) integra representações sobre comportamentos que, segundo as entrevistadas, são socialmente esperados de uma mulher e de um homem dentro de um relacionamento amoroso, e de que forma elas acreditam que esses papéis sociais estão relacionados com a violência. As principais palavras que representam o vocabulário dessa classe são: violência, mulher, homem, psicológico, sociedade, físico, relação, verbal, esperar, dentro, sexual, violento, vivenciar, achar, existir, relacionamento, socialmente. Seguem exemplos de segmentos de texto que representam a classe 4:

Eu acho que é difícil para que os homens compreendam essa possibilidade de coexistir mulher dentro e fora de casa e homem dentro e fora de casa, numa relação mais igualitária, e aí a violência, eu entendo que ela parte disso, de perder esse lugar (Irene).

Os papéis de feminilidade e masculinidade, na minha visão, eles reforçam essa questão da violência, porque geralmente é esperado da mulher que ela seja doce, que ele acate tudo que o homem fale. Então, ao mesmo tempo que ela tem que ser essa pessoa doce, quando ela sofre a violência, a sociedade espera que ela seja uma pessoa forte e esperta o suficiente para sair de primeira (Minerva).

No que diz respeito aos papéis designados socialmente, a pesquisa de Domingues, Gomes e Oliveira (2016), que investigou RS do “ser homem”, constatou que os participantes consideravam que ser um “homem de verdade” significava seguir um modelo de masculinidade hegemônica, pautado em atributos como a virilidade e o poder, assim como afastar-se ao máximo de atributos considerados femininos. Em contrapartida, a pesquisa de Serpa (2010) trouxe a submissão como elemento principal da RS de papel feminino, e constatou que mulheres que também eram mães continuavam a obedecer ao domínio masculino mesmo na ausência de seus companheiros, pois a figura de autoridade e poder dentro de casa passava a ser representada pelo filho mais velho. Essa etapa de generalização das RS observada nos dois trabalhos mencionados acima, que consiste em escolher uma característica que represente determinada categoria, como “poder” para homens e “submissão” para mulheres, por exemplo, faz parte do processo de ancoragem (Moscovici, 2003).

Já o estudo de Rodrigues, Machado, Santos, Santos e Diniz (2016) possibilitou observar a relação existente entre os papéis sociais e a violência ao demonstrar que as RS sobre a violência contra a mulher de familiares de mulheres em situação de violência doméstica estavam ancoradas em aspectos culturais e desigualdades de gênero, sobretudo no que se refere às relações afetivas marcadas pelo poder, o que terminava por ocasionar

violências, provocando um intenso sofrimento para as vítimas e também para os familiares envolvidos.

Portanto, os resultados encontrados na classe 4 corroboram com os estudos mencionados anteriormente (Domingues et al., 2016; Rodrigues et. al., 2016; Serpa, 2010), uma vez que nas falas das entrevistadas foram citados comportamentos relacionados à fragilidade, aceitação, submissão, compreensão e docilidade como RS de feminilidade, assim como ações pautadas na superioridade, dominação e poder como os principais elementos relacionados à masculinidade. Tais elementos são tradicionais e se relacionam à questão da cristalização dos papéis de gênero, os quais ancoram representações e práticas atuais.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo geral investigar conteúdos de RS de gênero e de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, entre mulheres que vivenciaram e/ou vivenciam um relacionamento abusivo, bem como estratégias de enfrentamento por elas relatadas como eficazes no combate à violência contra a mulher.

A partir do conteúdo exposto, foi possível observar que as RS das participantes sobre violência contra a mulher se sustentavam em fatores socioculturais, destacando as diferenças de poder existente entre os gêneros na sociedade, o que ecoava nas experiências relatadas pelas entrevistadas (classe 1). No que diz respeito especificamente à violência psicológica, constatou-se, principalmente por meio dos conteúdos das classes 1 e 2, que não houve uma conceituação formal dessa tipologia, sendo mencionadas práticas que a caracterizavam como, por exemplo: ameaças, perseguições, manipulações e chantagens. Acredita-se que isso pode ter relação com o que indica a literatura sobre a violência psicológica, pois relaciona-se a aspectos subjetivos e naturalizados socialmente, dificultando seu

reconhecimento e abordagem, além do fato de que sua inclusão no Código Penal e reconhecimento como crime ter acontecido só muito recentemente, no final do ano de 2021. Importante destacar que o fato de as participantes não terem trazido de maneira explícita um conceito de violência psicológica não significa que as práticas/conduitas mencionadas por elas não sejam consideradas também elementos de representações sociais.

Em relação às estratégias de enfrentamento utilizadas pelas participantes (classe 3), os achados indicaram que as participantes optaram por utilizar diversos meios de enfrentamento, adequados ao contexto de cada uma, sendo alguns exemplos mencionados: busca por mais conhecimento/informação, entrada na universidade, busca de suporte social (família e/ou amigas), acompanhamento terapêutico, busca por aproximação com pautas feministas (leituras) e contato zero com o agressor após o término.

Quanto às RS de gênero (abordadas principalmente na classe 4), identificou-se uma ancoragem em papéis tradicionalmente designados a homens e mulheres, conferindo às últimas o lugar de fragilidade, aceitação, submissão e compreensão, e aos primeiros, a posição de superioridade, dominação e poder, corroborando com pesquisas que encontraram papéis cristalizados de gênero.

O acesso ao público de interesse pode ser considerado um fator limitador do presente estudo, devido à dificuldade de se encontrar mulheres que cumpram com os critérios estabelecidos de reconhecer estar ou ter estado em um relacionamento violento e aceitar falar a respeito. No entanto, causou surpresa que a presente investigação tenha conseguido atingir 16 participações, o que só foi possível graças à busca preliminar de páginas do Instagram que tinham como enfoque a abordagem dessa problemática, e a divulgação da pesquisa em páginas de bom alcance (com números consideráveis de seguidores).

Outro detalhe a se salientar é que as entrevistadas já haviam passado pelo processo de nomear e visualizar as violências vivenciadas, o que culminou na ruptura do relacionamento (na maioria dos casos) ou gerou um intenso questionamento sobre a manutenção/permanência (caso das participantes Ártemis e Irene, que estavam

vivenciando o relacionamento no momento do relato). Nesse sentido, deixa-se como sugestão a realização de novas pesquisas que busquem evidenciar a dificuldade de identificação e abordagem da violência psicológica, as quais contribuem para que mulheres permaneçam por muito tempo em relacionamentos nesses moldes.

Referências

- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2014). Anclagem: notas sobre consensos e dissensos. In Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (p. 101 – 122). TechnoPolitik
- Barretto, R. S. (2018). Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. *Revista Gênero*, 18(2), 142-154. doi: [10.22409/rg.v18i2.1148](https://doi.org/10.22409/rg.v18i2.1148)
- Barros, A. L., & Silva, G. A. G. da. (2019). Femicídio: o papel da mídia e a culpabilização da vítima. *Jornal Eletrônico das Faculdades Integradas Vianna Júnior*, 11(2), 302-323. Recuperado de <https://jefvj.emnuvens.com.br/jefvj/article/view/729>
- Barsted, L. L. (2016). O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In Sanderberg, C. M. B., & Tavares, M. S. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* (pp. 17-40). Salvador: EDUFBA.
- Beccheri-Cortez, M., & Souza, L. (2013). Mulheres de classe média, relações de gênero e violência conjugal: um estudo exploratório. *Revista Gerencia y Políticas de Salud*, 12(24), 34-53. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/rgps/v12n24/v12n24a03.pdf>
- Bertoni, L. M., & Galinkin, (2017). A. L. Teoria e métodos em representações sociais. In Mororó, L. P., Couto, M. E. S., and Assis, R. A. M. (Orgs.). *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias* (pp. 101-122). Ilhéus, BA: Editus. doi: [10.7476/9788574554938.005](https://doi.org/10.7476/9788574554938.005).
- Brasil (2006). *Lei n. 11.340/2006*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brum, R. R., Pereira, C. R. R., Rodrigues, T. P., & Santos, A. N. dos S. (2021). Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. *Psicol. Pesq.*, 15, 1-28. doi.: [10.34019/1982-1247.2021.v15.31206](https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.31206)
- Camargo, B. V. (2005). Alceste: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In Moreira, A.S.P., Camargo, B.V., Jesuíno, J.C. & Nóbrega, S.M. (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. doi: [10.9788/TP2013.2-16](https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16)
- Cambi, E., & Denora, E. (2017). Tutela Diferenciada dos Direitos das mulheres nas relações domésticas e familiares através da

- Lei Maria da Penha. *Revista de Direito Brasileira*, 17(7), 221-244. doi: [10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2017.v17i7.3064](https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2017.v17i7.3064)
- Candido, I. P. M. de B., & Filho, O. de A.V. (2020). Causas de violência doméstica e familiar contra mulheres em Caruaru/PE. *Revista Científica do UniRios*, 14(25), 366-382. Recuperado de <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/178>
- Cardoso, C. F. (2012). O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível. *Psicologia e saber social*, 1(1), 40-52. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psisabersocial/article/view/3244>
- Cerqueira, D., Ferreira, H., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S. de, Marques, D., ... Pimentel, A. (2021). *Atlas da violência 2021*. São Paulo: FBSP. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>
- Comissão de defesa dos direitos da mulher. (2018). *Mapa da violência contra a mulher*. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>
- Conselho Nacional de Saúde (2012). Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. *Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília, Diário Oficial da União. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Cunha, B. de S.; Carmo, L. P. do; Santana, M. de P. S. & Pereira, F. B. (2020). Amores abusivos: o silenciamento da violência nos relacionamentos. *Anais do XV Fave – Fórum Acadêmico da Faculdade Vértice-Univértix, Matipó, MG*. Recuperado de <https://fave.univertix.net/wp-content/uploads/2020/11/R144-AMORES-ABUSIVOS-O-SILENCIAMENTO-DA-VIOLENCIA-NOS-RELACIONAMENTOS-2-1.pdf>
- Domingues, P. da S., Gomes, A. M. T., & Oliveira, D. C. de. (2016). Representações sociais de homens sobre o ser homem e suas implicações para o HIV/AIDS. *Revista Enfermagem UERJ*, 24(6), e8779. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/8779>
- Fernandes, G. B., Gaia, V. O., & Assis, C. L. de. (2014). Estratégias de enfrentamento da violência de gênero em mulheres de Ji-Paraná (RO). *Mudanças- Psicologia da Saúde*, 22(2), 1-14. doi: [10.15603/2176-1019/mud.v22n2p1-14](https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v22n2p1-14)
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia da pesquisa: Um guia para iniciantes* (M. Lopes Trans.). Penso. (Obra original publicada em 2009)
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G. & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314. doi: [10.1590/S0102-71822012000200008](https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008)
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Gallon, A. A., & Mueller, A. A. (2021). Violência contra a mulher: consequências e políticas de enfrentamento. *Humanidades*

- em *Perspectivas*, 3(7), 20-34. Recuperado de <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/150>
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. Epub May 00, 2015. doi: [10.1590/1807-03102015v27n2p256](https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256)
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In Jodelet, D. (Org.). *As representações sociais* (L. Ulup, Trad., pp. 17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Lira, K. F. S. (2019). Representação social da violência contra as mulheres: revisão sistemática dos estudos no Brasil. *Revista de Psicologia*, 10(2), 25-36. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/32387>
- Marková, I. (2017). A fabricação da teoria de representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 358-375. doi: [10.1590/198053143760](https://doi.org/10.1590/198053143760)
- Moraes, P. R. de., Souza, I. C. de, Pinto, D. A. de O., Estevam, S. J., & Munhoz, W. A. (2018). A Teoria das Representações Sociais. *Revista em Foco*, 8(1), 1-14. Recuperado de https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/teoria_representacoes.pdf
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1961/2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Tradução: Sonia Fuhrmann – Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1961)
- Murta, S. G., & Parada, P. de O. (2021). Término de relacionamentos íntimos violentos: uma revisão de literatura. *Psicologia USP*, 32, e200046. doi: [10.1590/0103-6564e200046](https://doi.org/10.1590/0103-6564e200046)
- Nader, M. B., & Caminoti, J. M. (2014). Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. Recuperado de http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820_ARQUIVO_Generoepoderaconstrucaodamasculinidadeeexerciciodopodermasculinonaesferadomes-tica.pdf
- Nascimento, A. R. A., & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 6(2), 72-88. <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844612009.pdf>
- Neto, C. E. de S. & Gurgel, Y. M. P. (2014). A construção do conceito de violência de gênero no direito internacional dos direitos humanos a partir dos institutos da discriminação e da violência sexual contra a mulher. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos*, 7(01). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/5802>
- Nóbrega, V. K. D. M., Júnior, J. M. P., Nascimento, E. G. C. D., & Miranda, F. A. N. D. (2019). Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2659-2666. doi: [10.1590/1413-81232018247.16342017](https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.16342017)
- Pacheco, I. M. (2022). *A violência sexual e a cultura de culpabilização da vítima* [Trabalho de Conclusão de Curso, UniSosiesc]. Recuperado de <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/26595>

- Pereira, I. A., & Silva, B. I. da. (2022). A culpabilização da mulher ofendida e a cultura do estupro. *Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas*, 1(1). Recuperado de <http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/439>
- Razera, J., Cenzi, C. M. B., & Falcke, D. (2014). Violência Doméstica e Transgeracionalidade Um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51. doi: [10.18256/2175-5027/psico-imed.v6n1p47-51](https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v6n1p47-51)
- Ribeiro, C. G.; & Coutinho, M. da P. de L. (2011) Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa – PB. *Revista Psicologia e Saúde*, 3(1), 52-59. Recuperado de <https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/81>
- Rodrigues, V. P., Machado, J. C., Santos, W. da S., Santos, M. de F. de S., & Diniz, N. M. F. (2016). Violência de gênero: representações sociais de familiares. *Texto Contexto Enferm*, 25(4), e2770015. doi: [10.1590/0104-07072016002770015](https://doi.org/10.1590/0104-07072016002770015)
- Safranoff, A. (2017). Violencia psicológica hacía la mujer: cuáles son los factores que aumentan el riesgo de que exista esta forma de maltrato em la pareja? *Salud colectiva*, 13(4), 611-632. doi: [10.18294/sc.2017.1145](https://doi.org/10.18294/sc.2017.1145)
- Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2018). A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-11. doi: [10.1590/0102.3772e33427](https://doi.org/10.1590/0102.3772e33427)
- Scott, J. (1988/1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica (G. L. Louro Trans.). *Educação & realidade*, 20(2), 71-99. (Obra original publicada em 1988). Recuperado de <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Serpa, M. G. (2010). Perspectivas sobre Papéis de Gênero Masculino e Feminino: Um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 14-22. doi: [10.1590/S0102-71822010000100003](https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100003)
- Siqueira, C., & Rocha, E. S. (2019). Violência Psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. *Revista Arquivos Científicos (IMMES)*, 2(1), 12-23. doi: [10.5935/2595-4407/rac.immes.v2n1p12-23](https://doi.org/10.5935/2595-4407/rac.immes.v2n1p12-23)
- Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S., & Machado, D. C. M. (2020). O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), e3283. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200015&lng=pt&tlng=pt
- Souza, M. B., & Silva, M. F. S. da. (2019). Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão de literatura brasileira. *Pensando Famílias*, 23(1), 153-166. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2019000100012
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9, 300-308. Recuperado de https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v_9n3/17.pdf
- Varela, S. T., Oliveira, N. A. de, Freire, J. N., Ferreira, P. A. R. S. A., Santos, S. O. dos, Díaz-Bermúdez, X. P., & Shimizu, H. E. (2012). Representações sociais acerca da violência doméstica das mulheres moradoras do da comunidade do Paranoá/Itapõa de Brasília-DF. *Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 6(3). doi: [10.18569/tempus.v6i3.1169](https://doi.org/10.18569/tempus.v6i3.1169)

Dados sobre as autoras:

- *Beatriz Motta Neves*: Psicóloga da Equipe Multiprofissional do Programa Qualifica-APS, promovido pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Piúma (ES). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pós-graduada em Psicologia Jurídica (PROMINAS). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
- *Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho*: Graduada em Psicologia pela UFES (2002). Doutorado (2008) e Estágio de Pós-Doutorado (2011) em Psicologia (PPGP-UFES). É Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).
